

Anais da Assembléia

CURITIBA, 7 E 10 DE JUNHO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7ª LEGISLATURA — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Córtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quielise Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício Fruct (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruct (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruct (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin — SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB) — SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel — REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quielise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel — SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB) — SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro — REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruct (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB) — SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros — REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso — SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB) — SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior — REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza — SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Córtes — Antônio Maciel — Quielise Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB) — SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho — REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin — SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB) — SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 90ª Sessão Ordinária
Realizada em 7 de Junho de 1974 (Sexta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos srs. Deputados Fabiano Braga Côrtes e Leopoldo Jacomel.

Às 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Arizone Araujo — Antonio Lopes Júnior — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacii — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Francisco Escorsin — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Quilse Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior; Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (33); achando-se ausentes os srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Maciel — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Paulo Camargo — Paulo Poli e Rosário Pitelli. (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, respeitosamente, requer seja considerada justificada a sua retirada do Plenário antes do término da Sessão realizada ontem, dia 6 de junho, em virtude de, como representante do Poder Legislativo Estadual, haver participado de reunião da "Comissão Especial de Prevenção a Incêndios", com início às quinze horas.

Nestas condições, espera merecer deferimento o requerido.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1974.

(e) — Erondy Silvério.

Requerimento

Senhor Presidente:

O nosso litoral continua a espera das providências do Poder Público, recentemente prometidas por S. Excelência, o Senhor Governador do Estado. Temos certeza de que o Senhor Emilio Gomes, que esteve em Antonina presidindo o Seminário lá realizado há mais de quatro meses, onde afirmou que o Governo estava vivamente interessado em socorrer aquela região, não decepcionará o povo mais necessitado do Estado, que é o litoral.

Conhecemos suficientemente a envergadura moral do Senhor Governador, sabemos de seu caráter e da sua decência e, por isso, fazemos um apelo ao Senhor Emilio Gomes, para que tente evitar o êxodo dos habitantes do litoral, por absoluta falta de mercado de trabalho.

É necessário, é imperativo, Senhores Deputados, que se ofereçam condições especiais a empresas industriais que queiram implantar unidades de produção naquela região, através de incentivos e até mesmo de financiamentos, a juros baixos porque sem estes atrativos, os Municípios pobres do litoral, serão inevitavelmente marginalizados.

Paranaguá, apesar do seu super-porto, de poder considerar-se o Município de maior expansão do litoral, já se depara com sérios problemas sociais, em decorrência da enorme falta de empregos, onde a força de trabalho disponível possa ser absorvida.

Imaginem os Senhores Deputados, a situação dos demais Municípios, que quase nada arrecadam. É um verdadeiro drama.

A miséria e a fome alartram-se por centenas de lares.

Já fizemos vários pronunciamentos em torno deste assunto, Senhores Deputados, e hoje novamente abordamos o problema para endereçar mais um apelo patético ao profundamente humano e sensível Governador Emilio Gomes, para que determine imediatamente a execução do plano prometido naquele Seminário, proporcionando assim, condições de sobrevivência a esses Municípios.

Nestas condições, Senhor Presidente, requeiro o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Chefe do Poder Executivo, de apelo no sentido de iniciar, com a maior urgência, a aplicação do plano de ajuda aos Municípios do litoral, anunciado no Seminário de Antonina, levado a efeito no início deste ano, a fim de preservar as bases da estrutura econômica e social daquela região atualmente à beira da ruína total.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1974.

(a) — Nelson Buffara.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 33 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme aviso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Resolução n.º 25-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, este, através dos Institutos Nacional do Livro e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para as finalidades que especifica. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Resolução n.º 4-74, que aprova termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL, o Município de Curitiba e a Centrais de Abastecimento S.A. — CEASA-PR, com finalidade que especifica. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 240-73, que declara de Utilidade Pública o "Educatório São José", com sede e foro na Cidade de Paranavai. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 253-73, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Campina Grande do Sul o trator que especifica, de propriedade da Secretaria da Agricultura e de posse do referido Município em comodato. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 9-74, que autoriza o Poder Executivo criar as "Áreas Climáticas" do Estado e dá outras providências. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 10-74, que declara de Utilidade Pública a Organização Espírita Cristã "Irmã Scheilla", com sede na Cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 11-74, que declara de Utilidade Pública o Lar São de Curitiba. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante de Expediente de Sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de se dignar urgenciar a elaboração e envio a esta Casa, anteprojeto objetivando corrigir injustiça referente ao Estatuto e Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando dispensa de publicação da Redação Final de vários Projetos de Resolução e de Lei. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante de Expediente de Sessão anterior, que com sua discussão encerrada, solicitando seja designado um representante desta Casa, para participar da cerimônia de posse do Sr. Oscar Alves, na Reitoria da Universidade Estadual de Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante de Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da Copel no sentido de que seja estendida a linha de luz e Força no Município de Mandirituba, ao Distrito de Areia Branca dos Assis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante de Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando votos de regozijo e congratulações pela nomeação do Sr. Francisco Pereira Goulart, para a Chefia de Gabinete da Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos srs. Deputados Ivo Thomazoni e Luiz Roberto Soares, lido da Tribuna em Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando a extinção da Comissão de Inquérito, e ainda não constituída, com a finalidade de investigar as causas da paralisação dos serviços de terraplenagem na estrada de Faxinal-Porto Ubá, no rio Ivaí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante de Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado solicitando informações referente ao novo Estatuto do Magistério. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja considerada justificada sua retirada do Plenário antes do término da Sessão realizada no dia de ontem, em virtude de, como Representante do Poder Legislativo Estadual, haver participado de reunião da "Comissão Especial de Prevenção a Incêndios", com início às quinze horas. — Ao Sr. 1.º Secretário, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de iniciar com urgência, a aplicação do plano de ajuda aos Municípios do litoral, anunciado no Seminário de Antonina. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 10, à Hora Regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Votação em 2.ª Discussão — das Emendas apostas ao Projeto de Lei n.º 36-74.

Votação em 1.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 246-73, 255-73.

3.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 219-73, 236-73, 238-73 e 239-73.

1.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 257-73 e 263-73.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

Comissão de Redação

7.ª Legislatura — 4.ª Sessão Legislativa

ATA DA 12.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Deputado Iris Caldart, apresentou redação final dos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 54-73 — de autoria do deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo a denominar Ginásio Estadual Deputado Ardinál Ribas, o atual Ginásio Estadual Vital Brasil da cidade de Maringá. PROJETO DE LEI N.º 225-73 — de autoria do deputado Aginaldo Pereira Lima, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Grupo Escolar "Castro Alves" do Distrito de Tupassí, Mun. de Assis Chateaubriand. PROJETO DE LEI N.º 232-73 — de autoria do deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo a doar a Prefeitura Municipal de Japira, o veículo que especifica. PROJETO DE LEI N.º 252-73 — de autoria do deputado Alvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo firmar Convênio com a Prefeitura Municipal de Londrina, objetivando a instalação e criação do Museu do Café. PROJETO DE LEI N.º 05-74 — de autoria do deputado Iris Caldart que declara de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas — Rodeio e Tradição, com sede em Cascavel. PROJETO DE LEI N.º 25-74 — de autoria do deputado Borsari Netto, que transfere a Francisca Albarski Martinatto, a pensão mensal de Sezinando Martinatto da Cruz. PRO-

JETO DE LEI N.º 26-74 — de autoria do deputado Nelson Buffara, que declara de utilidade pública a Associação dos ex-Combatentes do Brasil, sessão municipal de Paranaguá. PROJETO DE LEI N.º 29-74 — de autoria do deputado Olavo Ferreira, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Presbiteriana de Curitiba. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim Lélío Guimarães Sotó-Maior, Secretário da Comissão para que produza os efeitos legais.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
Lélío G. Sotó Maior — Secretário.

Redação Final do Projeto de Lei n.º 54-73
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "Deputado Ardal Ribas", um dos estabelecimentos de ensino de Maringá.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-5-74

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
A. LOPES JR.
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n.º 225-73
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar ao Sistema Estadual de Ensino, o Grupo Escolar "Castro Alves", que funciona no Distrito de Tupãssi, Município de Assis Chateaubriand.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-5-74

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
A. LOPES JR.
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n.º 232-73
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Japira, o veículo "Jeep Willys", motor n.º B-818.538, ano de fabricação de 1958, chassis n.º 012.475, 4 cilindros, com 72 H.P. de propriedade da Secretaria da Agricultura e considerado inservível.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-5-74

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
A. LOPES JR.
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n.º 352-73
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Prefeitura Municipal de Londrina, objetivando a criação e instalação do Museu do Café, na sede daquele Município.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-5-74

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
A. LOPES JR.
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n.º 05-74
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica declarado de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas — Rodeio da Tradição, com sede e foro na cidade de Cascavel, Município do mesmo nome.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-5-74

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
A. LOPES JR.
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n.º 25-74
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica transferida à viúva Francisca Albanski Martinatto, a pensão mensal concedida a Sezinando Martinatto da Cruz, pelo Decreto n.º 883, de 25 de abril de 1966, por falecimento do beneficiário.

Art. 2.º. A despesa com a execução da presente Lei correrá à conta da dotação própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-5-74

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
A. LOPES JR.
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n.º 26-74
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a "Associação dos Ex-Combatentes do Brasil" — Seção Municipal de Paranaguá.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-5-74

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
A. LOPES JR.
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n.º 29-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Presbiteriana, com sede em Curitiba.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-5-74

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
A. LOPES JR.
Relatores

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Ata da 91ª Sessão Ordinária

Realizada em 10 de Junho de 1974 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — Aguiinaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Costa — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruct — Nelson Buffara — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíelise Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (31); achando-se ausentes os srs. Deputados: Odilon Reirhardt — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Fuad Nacli — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — João Fadel — Lázaro Dumont — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni e Rosário Pitelli. (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 16-74.

Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento de inúmeros cidadãos que ocupavam as embarcações "Tio Patinhas" e "Maria Bonita", recentemente naufragadas no rio Paraná, nas proximidades de Guaíra.

Os dois naufrágios sensibilizaram a opinião pública, que acompanhou, traumatizada, a tentativa frustrada de salvamento do barqueiro Pedro Segura Alves, o qual, num esforço sobrehumano, permaneceu aproximadamente 34 horas agarrado em uma pedra, enfrentando às forças de água, buscando sobreviver.

Outrossim, aprovado o presente dá-se ciência da decisão da Casa, na qual esta Assembléia se associa a dor dos familiares enlutados, aos Exmos. Srs. Prefeito Municipal de Guaíra; Presidente da Câmara Municipal de Guaíra e aos Presidentes dos Diretórios Municipais da ARENA e do MDB.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1974.

(a) — Maurício Fruct.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após anuência do Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Antonio Noatto, ocorrido no trágico e lamentável desastre com a barca Maria Bonita, em Guaíra, neste Estado.

Pessoa radicada em Bituruna, pertencente a tradicional família, deixa o Senhor Antonio Noatto, uma lacuna difícil de ser preenchida, pela estima e respeito com que era agraciado.

Requer, outrossim, que se dê ciência do presente Requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1974.

Domicio Scaramella.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, ouvido o Plenário, um voto de regozijo ao Ilustríssimo Senhor Prefeito da Lapa. Senhor José Ribas, pela feliz idéia em encaminhar, aos órgãos competentes, memorial solicitando se digne dar o nome de Antonio Lacerda Braga ao Grupo Escolar em alvenaria que está sendo construído em convênio entre a Prefeitura Municipal da Lapa e a Fundação Educacional do Paraná, no Distrito da Colonia Mariental daquele Município.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1974.

(a) — Leopoldo Jacomel.

JUSTIFICATIVA:

Nada mais justo se conceder como Patrono do estabelecimento que ali hoje se levanta o nome do cidadão Antônio Lacerda Braga de saudosa memória, eis que é ele natural da Colônia Mariental, por cujo distrito muito luto quando ainda em vida.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado apelo ao Senhor General Milton Mendes Gonçalves, Digníssimo Presidente da Rede Ferroviária Federal, no sentido de que aquela autoridade instale em nossa Capital, uma sede Regional da RFFSA, desmembrando, por conseguinte os Estados do Paraná e Santa Catarina da administração atualmente centralizada em Porto Alegre — RS.

Este Requerimento. Senhor Presidente vem em apoio ao Memorial enviado ao Senhor Presidente da RFFSA, pela Associação dos Engenheiros da Rede Ferroviária Federal 11.a Divisão PSC, que solicitam com urgência esta medida.

Atualmente o Sul é servido pela 11.a Divisão, com sede em ATBA, pela 12.a Divisão em Tubarão e pela 13.a Divisão em Porto Alegre. Toda a região tem sua administração centralizada na Capital gaúcha, o que nem sempre favorece aos outros dois Estados, que pelos seus crescimentos econômicos, terão papel importante no uso do transporte ferroviário.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1974.

(a) — Domício Scaramella.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, veemente apelo no sentido de que sejam tomadas providências para a extensão da linha de ônibus de Santa Quitéria, até a Vila Rigoni, num trecho de aproximadamente 800 metros, o que viria beneficiar a mais de quinhentos (500) moradores locais.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1974.

(a) — Gabriel Manoel

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado à TELEPAR, veemente apelo no sentido de que seja instalado um telefone público no Bar Armazém Carvalho, situado a Rua 3.222, esquina com a Rua 3.225, na Vila Rigoni, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1974.

(a) — Gabriel Manoel

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvida a Casa, seja encaminhado expediente à Superintendência da Rede Viação Paraná Santa Catarina, contendo o seguinte relatório e consequente apelo;

1. — Há vários anos as Oficinas da RVFSC fazem o despejo de óleo queimado de maneira irregular e poluítica, canalizando formidáveis quantidades até os muros de suas propriedades, em Vila Oficinas; a partir desse ponto o óleo é despejado no campo, escorrendo por valetas e se espalhando por todo o bairro.

Em consequência, esse óleo foi impermeabilizando as paredes das valetas, provocando enchentes constantes. Penetrando terra a dentro, impermeabilizou também as fossas sépticas, que transbordam, e contaminou as águas de centenas de poços.

3. — Vive hoje a população de moradores adjacentes às Oficinas da Rede em condições subhumanas, a ponto de serem quase inacreditáveis: enchentes constantes, mistura de água de valetas com transbordo de fossa, poços d'água poluídos também pelas fossas, com água pretejada pelo óleo.

4. — Constantes os protestos, o Prefeito Municipal de Curitiba constatou, pessoalmente, o drama daqueles Municípios, e comprometeu-se a reabrir as valetas e proceder uma série de melhoramentos para tornar a vida suportável nas adjacências das Oficinas. Entretanto, de nada adiantariam tais serviços se as condições poluíticas forem mantidas.

Isto posto, o apelo que esta Casa deve enviar, endereçado ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da RVFSC, é no sentido de que Sua Senhoria determine, à administração das Oficinas, que seja dado aos óleos usados destino correto, não poluítico na forma como determina a Lei e o bom senso.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1974.

(a) — Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja dirigida solicitação ao Banco Central do Brasil, no sentido de que o mesmo instrua os estabelecimentos de crédito de nosso Estado, para que prorroguem os prazos de pagamento relativos aos financiamentos contraídos pelos plantadores do soja, considerando-se as dificuldades encontradas pelos mesmos na comercialização desse produto agrícola, assim como o baixo preço existente no mercado.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1974.

(a) — Borsari Netto

Requerimento

Senhor Presidente:

CONSIDERANDO:

1. Que, normalmente, na construção de usinas hidrelétricas vastas áreas de terras são inundadas, e, em consequência, a produção agrícola nos Estados e Municípios atingidos — além de eventualmente atividades industriais — são prejudicadas;

2. Que, especificamente este fato está sendo comprovado em onze Municípios do Estado do Paraná — Porecatú, Florestópolis, Alvorada do Sul, Primeiro de Maio, Sertãozinho, Ibiaporã, Jataizinho, Rancho Alegre, Sertaneja, Leopoldo e Santa Mariana — onde a barragem da Usina Capivara (CESP) inundará 14.200 alqueires de terra de alta produtividade, talvez a melhor terra do Estado. Usina cuja construção começou em março de 71. — Em setembro de

76 entrará em funcionamento com 4 grupos geradores, cada um com 160 mil Kw, totalizando 640 mil Kw. A energia gerada será distribuída no Norte do Paraná, até Londrina, vinculando-se ao sistema da Copel — Companhia Paranaense de Energia Elétrica, e no Sudoeste de São Paulo, interligando-se ao sistema Cesp. Terá um lago de 510 quilômetros quadrados e 12 milhões de metros cúbicos de água represada, o maior volume acumulado depois de Ilha Solteira, equivalente a 3 baías da Guanabara.

A inundação das áreas ocorrerá depois do dia 1.º de outubro de 75, quando será fechado o Rio. No momento, está sendo feito o desvio do Paranapanema, na área da barragem, e desde abriu ele está passando pela tubulação adutora, desviado do seu curso natural, para que seja possível a construção de toda a barragem.

Até o término do enchimento, algumas estradas e pontes serão alagadas, devendo ser substituídas. Só pontes, a CESP construirá 6 novas, com média de 600 metros de vão; outras 4, com 160 metros de vão; e mais 14 com vão entre os 10 e 70 metros. Será asfaltado um trecho de 45 quilômetros entre Ipe (SP) e Porecatú (PR), 40 km de estradas estaduais (16 km com pavimentação), 310 km de estradas municipais e mais 200 km de vicinais.

A barragem inundará 23.400 alqueires (9.200 em São Paulo e 14.200 no Paraná), atingindo os Municípios paranaenses de Porecatú, Florestópolis, Alvorada do Sul, Primeiro de Maio, Sertãozinho, Ibiaporã, Jataizinho, Rancho Alegre, Sertaneja, Leopoldo e Santa Mariana; e sete paulistas: Taciba, Iere, Rancharia, Maracá, Cruzália, Florínea e Cândido Motta.

Da área urbana desses Municípios, apenas 5 quarteirões de Alvorada do Sul (PR) — 30 casas — e o patrimônio de Vila Nova, distrito de Primeiro de Maio (PR) — 40 casas, 500 habitantes, orçamento de Cr\$ 500 mil — desaparecerão. Nos outros além de algumas colônias de grandes fazendas, somente a zona rural será atingida, destruindo-se plantações de trigo, arroz, soja, café e pastagens, assim como trechos de estradas e inúmeras pontes. O prefeito de Primeiro de Maio, Alfeu Simões dos Santos, fez um levantamento da área a ser inundada e calculou que apenas o Paraná perderá 1 milhão de sacas de cereais, com prejuízos anuais — aos preços de hoje — de 70 milhões de cruzeiros.

Nos 23.400 alqueires que serão inundados, vivem mais de 20 mil pessoas, das quais apenas 3 a 4 mil são proprietários de terras. O restante são trabalhadores que depois das inundações não terão para onde ir, ficando com poucas opções de subsistência: transformarem-se em "boias frias" ou procurarem serviços nos grandes centros. Isso resultará, segundo prefeitos da região, no aumento de criminalidade, prostituição e de mendicância, já que as cidades — todas pequenas — não tem condições para empregá-los.

Nesse aspecto, apenas Porecatú (PR), está em melhores condições, pois a usina de açúcar existente nesta cidade passa por grande ampliação e em 76 será a maior do mundo, com uma produção anual de 40 milhões de litros de álcool e 6 milhões de sacas de açúcar, permitindo o emprego de 10 mil pessoas. Mas um grande número delas já está empregado e por isso os prefeitos não acreditam que a usina consiga evitar o problema social.

Em Primeiro de Maio (PR) a situação deverá agravar-se pois somente ali o exodo atingirá mais de 6 mil trabalhadores. Além da renda do Município, que cairá — muitos ramos do comércio precisarão encerrar as atividades, pois dependem quase inteiramente da população rural. Nos outros Municípios, a preocupação é a mesma, mas principalmente onde predominam pequenas propriedades.

3. Que, semelhantemente, fato idêntico ocorrerá nos próximos anos na região oeste do Estado, com a construção da Usina binacional de Itaipu, onde serão inundados cerca de 780 km² de território paranaense;

4. Que, se reconhece e se enaltece a importância das obras referidas como fatos decisivos — a Usina de Itaipu, a maior do mundo, para o desenvolvimento e o progresso de nosso País e como decorrência lógica do Estado do Paraná;

5. Que por outro lado é justo e indispensável não só o pagamento pelo preço atual aos proprietários da área a ser ocupada mediante indenização, bem como ressarcir o Estado e os Municípios pela inundação, em função de eventual e evidente queda de arrecadação;

6. Que, a legislação brasileira já prevê esta possibilidade, especificamente na Lei 2.004, de 1953, que rege as atividades da PETROBRAS, onde se lê no art. 27: "A Sociedade e suas subsidiárias ficam obrigadas a pagar indenização correspondente a 4% (quatro por cento) sobre o valor do óleo extraído ou do xisto ou do gás aos Estados e Territórios onde fizerem a lavra do petróleo e xisto betuminoso e a extração de gás, de indenização de 1% (um por cento) aos municípios onde fizerem a mesma lavra ou extração.

§ 1.º — Os valores do óleo e do xisto betuminoso serão fixados pelo Conselho Nacional do Petróleo.

§ 2.º — Será efetuado trimestralmente o pagamento de que trata este artigo.

§ 3.º — Os Estados, Territórios e Municípios deverão aplicar os recursos fixados neste artigo, preferentemente, na produção de energia elétrica e na pavimentação de rodovias.

§ 4.º — (18) Quando o óleo ou gás forem extraídos da plataforma continental, os 5% (cinco por cento) de que trata o "caput" deste Artigo serão destinados, em partes iguais, ao Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia, para constituição do Fundo Nacional de Mineração e ao Ministério da Educação e Cultura, para o incremento da pesquisa e do ensino do nível superior no campo das geociências".

7. Que, por analogia, o mesmo critério deveria, através de iniciativa legislativa, ser estendido às terras inundadas em função de construção de usinas hidrelétricas, bem como, prevendo-se também outras usinas em cuja execução áreas produtivas possam vir a ser atingidas.

Requero, regimentalmente, por entender ser de inteira justiça, o encaminhamento do presente Requerimento ao Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia; Exmo. Sr. Presidente da ELETROBRAS; Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Presidente da COPEL; Exmos. Srs. Senadores e Deputados Federais da Bancada paranaense no Congresso Nacional; Exmos. Srs. Prefeitos e Presidentes das Câmaras Municipais dos seguintes Municípios: Porecatú, Florestópolis, Alvorada do Sul, Primeiro de Maio, Sertãozinho, Ibiaporã, Jataizinho, Rancho Alegre, Sertaneja, Leopoldo, Santa Mariana, Guaiara, Marechal Cândido Rondon, Sta. Helena, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Foz de Iguaçu, solicitando às autoridades federais, especificamente, os estudos imprescindíveis para a adoção das medidas necessárias objetivando esta finalidade.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1974.

(a) Maurício Fruct

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença em Plenário do Sr. Walter Pietrângelo, Presidente da Câmara Municipal de Maringá.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente. Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste instante estamos aqui nesta Tribuna nos dirigindo aos ilustres líderes da ARENA do Paraná; ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Emílio Gomes; ao Exmo. futuro Governador Jaime Canet Jr.; ao Ministro da Educação, Ney Braga; ao Senador Acicoly Filho, Presidente da ARENA do Paraná; ao Senador Mattos Leão; ao Presidente Nacional da ARENA, Petrônio Portela; ao Presidente desta Casa, Deputado João Mansur para que, num esforço conjugado aceitem o apelo deste humilde Deputado que vem em nome dos Prefeitos do Norte Pioneiro, pedindo ao Paraná para que seja levado o nome deste ilustre e honrado Deputado João Mansur como candidato ao Senado, numa das cadeiras a que o Paraná tem direito.

Trazemos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trazemos aqui, povo do Paraná, o nome honrado de João Mansur, junto com o apelo veemente do povo do Norte Pioneiro, junto com a solicitação dos Prefeitos da Região que temos a honra de representar nesta Casa Legislativa, apelo dos Prefeitos Ademir Leme de Toledo, de Santo Antônio da Platina; Wilson Ferreira Martins, de Abatiã; Domingos Rodrigues de Oliveira, de Caríópolis; Joaquim Canedo da Silva, ex-militante da gloriosa facção do MDB, Prefeito de Congoninhas; Metódio Bubina, de Guapirama; João Batista da Cruz, de Jaguariá; Osório José dos Santos, de Jundiá do Sul; Leoni Mainardes de Rosa, de Curitiba; João Juvenino de Siqueira, de Jaboti; Moacir Costa, de Japira; Olímpio Furianete, de São Sebastião da Amoreira; Sebastião Dias Chaves, de Pinhalão; José Alves Pereira, de Ribeirão Claro; Eduardo Bertoldi Jr., de Salto do Itararé; Djalma Barbosa Lemes, de Santa Ana do Itararé; Afonso Antônio de Castro, de Santa Amélia; Antonio José do Nascimento, de Tomazina; do Diretório da ARENA de Cambará e Vereadores; do Distrito da ARENA de Ribeirão do Pinhal e Vereadores; do Sr. Presidente da Câmara de Santo Antônio do Paraíso e Vereadores; dos Srs. Vereadores e Líderes da ARENA de Joaquim Távora; do Sr. vice-Prefeito, Vereadores e Líderes da ARENA de Nova Fátima, todos unidos, num esforço conjugado para que a ARENA possa disputar as eleições, no Senado, com um nome digno, com um nome conhecido do povo e desejado por ele para ser seu representante no Senado Federal.

Pedimos a todos nossos Companheiros de Bancada que, unidos, levem ao Presidente de nosso Diretório o nome de João Mansur para candidato ao Senado, para vitória da ARENA no Paraná. Porque, Srs. Deputados, o Rio Grande do Sul já está fazendo sua campanha para levar Nestor Joster ao Senado; São Paulo, com Carvalho Pinto também está lutando por uma cadeira no Senado. E nós, no Paraná, queremos ver o Deputado João Mansur ocupando uma cadeira no Senado Federal. E este o apelo que, humildemente, fazemos em nome do povo de nossa Região, porque todos sabemos a simpatia que João Mansur gozava em todo o interlande paranaense quando ocupou o Governo do Estado.

E este o apelo humilde de um caboclo do Norte Pioneiro ao Exmo. Ministro Ney Braga, ao futuro Governador do Estado, Jaime Canet Junior, ao Presidente da ARENA, Deputado Acicoly Filho, ao Sr. Secretário da ARENA, Deputado Borsari Netto, a fim de que todos, irmanados, lutemos ao lado de João Mansur para uma esmagadora vitória da ARENA do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Incito Sr. Presidente Deputado João Mansur, Exmos. Srs. Deputados.

Traumatizado o povo do Paraná tomou conhecimento de duas tragédias recentemente verificadas no Rio Paraná, quando inúmeras pessoas perderam a vida, principalmente no naufrágio da barca Maria Bonita. O povo deste Estado e do Brasil, através de fotografias que foram estampadas pelo jornal "O Estado do Paraná", acompanhou a tentativa frustrada de salvamento do barqueiro Pedro Seguro Alves, o qual num esforço desesperado, após permanecer aproximadamente 34 horas agarrado a uma pedra, no instante em que tentava alcançar o salvamento, pereceu e com isso provocou um verdadeiro trauma entre todos aqueles que acompanhavam o desfecho infeliz, sob todos os aspectos, daquela tentativa.

Por esta razão, inicialmente, submeto à aprovação da Casa um voto de pesar pelo trágico acontecimento. Acredito que não haja necessidade de se entrar em maiores detalhes, eis que por certo após esse acidente serão adotadas as medidas necessárias e imprescindíveis a fim de trazer tranquilidade e segurança àqueles que fazem uso da barca atravessando o Rio Paraná, entre Guaíra e o vizinho Estado de Mato Grosso.

Mas, Srs. Deputados, o fato que me traz à Tribuna na tarde de hoje, já foi trazido ao conhecimento da Casa pelos Deputados Borsari Netto, Alvaro Dias e Antônio Bellinati e diz respeito ao problema criado na Região Norte do Estado, com o início das atividades da Usina de Capiwara.

O fato se relaciona também diretamente à economia de nosso Estado, onde um pouco mais para o Oeste será construída a Usina Internacional de Itaipu. A Usina Capiwara, como é do conhecimento da Casa irá atingir, após a conclusão de sua barragem, uma área de 14.200 alqueires de terras do território paranaense, terras das mais produtivas, com 130 a 150 sacos de soja por alqueire, 40 sacos de café, 70 de trigo, 9 cabeças de gado por alqueire, nas pastagens, na época da entressafra. Enfim, terras ideais que serão inundadas pela represa de Capiwara.

Além do aspecto de indenização para os proprietários, assunto já fartamente esgotado desta Tribuna pelos Deputados já salientados, isto é fundamental, diz respeito à economia do Paraná. Recentemente examinando a Lei 2.004, de 53, que criou e que regula atividades da Petrobrás no território nacional, o seu artigo 27, clara e especificamente determina que a sociedade e suas subsidiárias ficam obrigadas a pagar indenização correspondente a 4% sobre o óleo extraído do xisto, e mais 1% aos Municípios onde fizerem a extração. Analisando o caso, chega-se à conclusão de que 11 Municípios do Paraná são afetados diretamente. São 14.200 alqueires que serão atingidos, terras que passarão a ser inaproveitáveis para a exploração agrícola. O Prefeito do Município de Primeiro de Maio, analisando o que representará em prejuízo para o Estado, fez uma estimativa, de que nessas terras, anualmente são colhidas 1 milhão de sacas de cereais, os quais, numa média de preço de 70 cruzeiros, concluiu o Prefeito, dará um prejuízo anual ao Estado do Paraná de 70 milhões de cruzeiros.

A Usina de Itaipu irá inundar aproximadamente 780 quilômetros quadrados de terras paranaenses nos Municípios de Guaíra, Maracá, Rorond, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena, Medianeira e parte de Foz do Iguaçu, terras férteis que passarão, por essa inundação e não terão qualquer aproveitamento agrícola.

Por isto, Srs. Deputados, julgamos perfeita a indução que, neste instante, iremos transmitir à Casa no sentido de se apelar ao Ministro de Minas e Energia, ao Exmo. Sr. Presidente da Eletrobrás, aos Senadores que representam nosso Estado na Câmara Alta e a todos os Deputados da Bancada Federal do nosso Estado que solicitem medidas no sentido de que, da mesma forma que a Petrobrás indeniza previamente os Estados e Municípios, medidas legislativas específicas sejam adotadas para que venham beneficiar os Estados e Municípios que venham a ser atingidos pela inundação para a construção de Usinas. Com esta medida, na realidade, se estará fazendo justiça aos Estados e aos Municípios, os quais, muitas vezes, como ocorre com a Usina da Capiwara, cuja construção está sendo efetuada pela Central Elétrica de São Paulo, irá cooperar para o progresso e desenvolvimento do vizinho Estado de São Paulo. Itaipu, também, irá contribuir decisivamente e decididamente para o desenvolvimento e progresso do país e indiretamente de nosso Estado.

Não é justo, portanto, que somente uma pequena parcela seja prejudicada com obras desta natureza. É necessário que nossos representantes façam o possível para adotar medidas semelhantes àquela que prevê o art. 2.004, já citado, de 1953, a fim de resolver definitivamente este problema.

Neste sentido, apresentamos um Requerimento que estoria o fato que acabamos de expor aos Srs. Deputados, a fim de que receba o definitivo apoio para que nosso apelo seja encaminhado às autoridades referidas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para falar no Grande Expediente, Sr. Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente gostaríamos transmitir aos Srs. Deputados a manifestação ao Dr. Mário Stadler de Souza, Presidente da Federação da Agricultura do Paraná que, por solicitação nossa, comparecerá a esta Assembleia no dia 18 da próxima semana, a fim de prestar a todos os Srs. Deputados esclarecimentos sobre o último encontro ruralista que foi organizado em Foz do Iguaçu, com a presença do Ministro da Agricultura.

Os Srs. Deputados que têm percorrido nosso Estado têm sentido o drama de nossos agricultores principalmente com relação ao preço do soja.

Achamos muito interessante que este homem que hoje vem, com muito brilhantismo, dirigindo esta Federação Agrícola, preste, a todos nós, esclarecimentos daquilo que fora feito e daquilo que ficará estabelecido neste Encontro, que foi um dos maiores encontros ruralistas já realizados aqui no Estado do Paraná.

Outro assunto que me traz à Tribuna, Senhores Deputados, é com relação ao já tão comentado e que, por diversas vezes tivemos a satisfação de assumir esta Tribuna para tratar do assunto, o assunto Divisa Paraná-São Paulo.

Não pretendia mais abordar este assunto, mesmo porque, depois de todos os nossos pronunciamentos, depois da Comissão que fora nomeada pelo Governo do Paraná juntamente com a Comissão nomeada pelo Governo do Estado de São Paulo, estas duas Comissões, através de diversas reuniões acordaram e estabeleceram que o caso deveria ficar entregue à instância superior e nomear como árbitro Sua Excelência o Sr. Presidente da República; e nós tivemos conhecimento que o Serviço Geográfico do Exército já fez o levantamento de toda aquela região e entregou este estudo e este relatório que se encontra hoje no Gabinete da Casa Civil da Presidência da República; aguardando despacho de Sua Excelência o Sr. Presidente da República.

Mas deparamos, Senhores Deputados, com um artigo na "Gazeta do Povo", artigo de autoria de David Carneiro, historiador que todos os Senhores bem conhecem, cujo título "CONTESTADO NORTE E SÃO PAULO", e que eu me permito ler para que os Senhores tomem conhecimento e deem o seu apoio sem que, com isto pareça nem de leve, um movimento nem de rebeldia, muito menos de agitação mas, mais do que isto, nós confiamos na decisão superior do Sr. Presidente da República, mas nem por isto deveremos ficar de braços cruzados. É preciso que todos os representantes do Paraná, nós com assento nesta Casa e os Deputados Federais, e os Senadores que nos representam na Câmara Alta, se pronunciem nesta hora decisiva, quando Sua Excelência o Sr. Presidente da República irá dar o seu veredito sobre esta divisa que tanto tem prejudicado centenas de famílias paranaenses que lá vivem e que lá trabalham.

Tomai a liberdade "ad referendum" com assento nesta Casa, dada a urgência da solução deste problema, e solicitei do meu Gabinete que, 30 fotocópias deste artigo acompanhadas de um ofício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná com o apoio de todos os Senhores Deputados, fossem enviadas a todos os Deputados Federais do nosso Estado e a todos os Senadores, pedindo que cada um, na medida das suas forças, nos ajude e ajude o Paraná, na solução deste problema.

Diz o artigo de David Carneiro: (Lê)

"Em artigo, por esta coluna, de 16 de agosto de 1973, chamamos a atenção dos nossos leitores, para o perigo que o Paraná corria, de perder para o vizinho Estado de São Paulo, uma área que lhe pertence desde 1922, por efeito do laudo do Presidente Epitácio Pessoa, e na época reconhecido (em Lei) pelos dois Estados (São Paulo e Paraná) e aceito por ambos através dos mapas publicados nessa mesma época e em anos posteriores.

— Até que surgisse a decisão do atual Presidente da República, desde 1922 era e é o laudo Epitácio Pessoa a base da única possível certeza.

Antes, duas Comissões (a nossa e a de São Paulo) se degladiaram argumentando sobre os limites e desejando fazê-los passar pela linha de cumeadas (não apontada de forma idêntica pelos que se antagonizavam).

— É um absurdo para os paranaenses, que nova contestação houvesse surgido e que se volte a falar em linha de cumeadas quando esta já está indicada pelo laudo arbitral e designada definitivamente como sendo a Serra Negra e a Serra da Virgem Maria, entre as quais está o chamado morro Isolado, onde nasce o Rio Pardo, agora designado pelo nome de Pardinho.

— Como a população paranaense não tomou conta do território, os paulistas o fizeram, modificando as posições (nos mapas) das serras que serviam de divisa, e isso de tal sorte que o morro Isolado que ficava no meio de uma linha de ligação entre Serra Negra e a Serra da Virgem Maria, passou a estar em posição perpendicular à mesma linha.

— Não é isso, porém, o que nos estarece.

— Os mapas de Paraná, desde 1961 até hoje (fazendo o jogo de São Paulo) deixaram de assinalar as terras do Taquari, do Cadeado e até a Serra Negra, facilitando a confusão dos que não vêm que existe um grande interesse da parte de São Paulo em roubar ao Paraná um território que já foi reconhecido como seu, e que não deveria ser causa de nova disputa.

— Ante a indiferença paranaense generalizada, entretanto, poder-se-ia perguntar se alguém deve ser mais realista do que o rei e se outorgar os direitos de gritar contra o esbulho e contra a injustiça...

— Existem duas Comissões, uma paranaense (composta dos Drs. Ronald Accioly Rodrigues da Costa e Ruy Ferraz de Carvalho, do General Junot Rebello Guimarães, do Cel. Clóvis Castro Vianna e do Dr. Linneu Ratton) outra paulista. Como elas não se houverem podido entender, ambas resolveram passar o assunto à nova arbitragem do Sr. Presidente da República, o qual, naturalmente se leuvaria nos pareceres dos técnicos do Serviço Geográfico do Exército.

— Incrível que possa parecer, há cerca de um mês chegou a notícia de que os estudos já estavam terminados pelo Serviço Geográfico do Exército, e que, sem uma palavra dada à Comissão paranaense (que nunca foi ouvida nem consultada) encaminharam o seu relatório aos escalões superiores, adotando integralmente o ponto de vista paulista, isto é, o que modifica os laudos de 1922, pela simples inversão de posições dos acidentes geográficos indicativos dos limites e invocados pelo laudo.

— Se estivesse vivo Romário Martins (o grande argumentador da questão de limites do Paraná com Santa Catarina), ele estaria esbravejando na antevisão de uma nova perda para o nosso Estado de 84.000 hectares, que são nossos reconhecidamente e não negado pelos nossos próprios antagonistas.

— Como a BR-116 passa hoje bem ao meio do território contestado, não seria difícil que qualquer pessoa se abalancasse a estudar a situação no próprio local, sobretudo se tivesse em mãos o relatório desse grande paranaense que foi Reinhard Maack, no qual é posto em pratos limpos.

— Quando os catarinenses disputavam o contestado Sul, eles alegavam (por não podermos evidenciar os seus direitos) que o Paraná tinha muito mais área do que Santa Catarina e também mais elementos para sua expansão. Os mesmos argumentos teríamos nós hoje em nosso favor se não tivéssemos (além disso) um laudo aceito e reconhecido por ambas as partes, e que reconhece o direito paranaense à área que agora se nos disputa.

— O Governo do Paraná deve mover-se em termos de protesto e a nossa representação federal não pode ficar indiferente ao iminente esbulho que ao Paraná se prepara.

As terras eram ao que consta (como posse privada) griladas pelo Dr. Ademar de Barros, e hoje são posse dos seus descendentes e herdeiros. Esse fato teria facilitado a colocação (na região) de um destacamento da polícia paulista, a qual é de negra memória para o Paraná, desde os fuzilamentos de 1894.

Este, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é o artigo editado pela "Gazeta do Povo", de autoria de David Carneiro, e não deixa de ser um alerta, a todos nós que temos a responsabilidade da representação popular, razão por que, como paranaense e confiando em todos os Deputados com assento nesta Casa, me permiti, sem consultá-los, a tomar esta medida que tenho a certeza contará com o apoio unânime dos Srs. Deputados, sob pena de amanhã termos responsabilizados da decisão que venha a ocorrer em prejuízo do Paraná, se esta Casa, se os Srs. Deputados Federais que nos representam no Congresso Nacional não levantarem suas vozes em favor de nosso Estado e de nossa gente.

Por diversas vezes, quando cupei esta Tribuna tratando deste assunto, levei ao conhecimento dos Senhores, das autoridades do Paraná aquilo que os policiais do Estado de São Paulo vinham e vêm praticando contra nossos irmãos paranaenses naquela área, tomando as suas armas, as armas do trabalho que são a foice, o facão, o machado, a enxada, e espalhando a intranquilidade em toda a Região. O Governo do Estado do Paraná, não sei se por omissão ou por respeito à Lei em se tratando de um assunto que está "sub judice", não tomou conhecimento de tudo aquilo que se passa nos limites entre Paraná e São Paulo, razão por que entendi de trazer ao conhecimento dos Senhores a publicação deste homem que tanto tem se preocupado com nossos problemas, que é o historiador paranaense David Carneiro.

Quero, nesta oportunidade, agradecendo a confiança de todos os Deputados, realinhar que neste instante já estamos expedindo ofício a todos os Deputados Federais com assento no Congresso Nacional, aos Senadores da República por nosso Estado, ao Sr. Presidente da República, ao Chefe da Casa Civil da República, Couto e Silva, ao Ministro da Justiça, Dr. Armando Falcão.

O Sr. Domício Scaramella — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ilustre Deputado João Mansur, em nome da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro não poderíamos deixar de manifestar nossa solidariedade, nem ficarmos calados quando um problema de suma importância é abordado por V. Exa. e que se refere a uma denúncia que merece nosso apoio irrestrito. Receba, portanto, nobre Deputado, a solidariedade do MDB.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço a manifestação do nobre Deputado Domício Scaramella, em nome do MDB, já sabia, de antemão, ser esse o pensamento da valerosa Bancada emedebista, mesmo porque tomei aquelas medidas sem consultá-los porque tinha a certeza que outra não seria a manifestação dos Deputados do Movimento Democrático Brasileiro, que, acima de tudo, são paranaenses, e todos temos que lutar juntos, de mãos dadas, a fim de que o Paraná não perca um pedaço de sua área.

Agradeço, em nome do Paraná, a manifestação dos representantes do MDB com assento na Assembleia Legislativa do Paraná.

Terminando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero manifestar ao Deputado Gabriel Manoel e a todos os Prefeitos da Região do Norte Pioneiro, o mais sincero agradecimento pela manifestação de simpatia e apoio que pretendem emprestar a uma possível candidatura minha a um cargo eletivo.

Já disse e é do conhecimento de todos os Srs. Deputados que ainda não me decidi e, até hoje, a minha pretensão é encerrar minha carreira política, retornar à minha casa e cuidar da minha vida. Mas, de qualquer forma, deixo aqui, ao Deputado Gabriel Manoel a manifestação de meu respeito, de meu reconhecimento, e solicito que transmita a todos aqueles companheiros do Norte Pioneiro os meus sinceros agradecimentos por essa manifestação de simpatia e apoio.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado João Mansur, a tese que V. Exa. abordava, há poucos instantes, nessa Tribuna, merece, de fato, o respeito de todos os paranaenses, não só dos Representantes do povo, porque é uma população inteira, é o Estado do Paraná que se sente ferido, diminuído em seus direitos. Então, nobre Deputado, V. Exa. com a autoridade que tem, como Deputado de longos anos, com o respeito que todos lhe devotamos, naturalmente seria o homem indicado para comandar esse movimento em tão boa hora iniciado por V. Exa.

Resta-me, portanto, nobre Deputado, nesta primeira parte, solidarizar-me incondicionalmente com V. Exa. Mas, quanto ao final do pronunciamento de V. Exa., desculpe, nobre Deputado, quem sabe serei até irreverente, porque um homem do gabarito de V. Exa., um homem com a folha de serviço prestado ao Paraná, como V. Exa., não tem condições de comandar seu próprio destino político.

Portanto, é o Paraná, é a ARENA, portanto somos todos nós que exigimos,

nobre Deputado João Mansur, o nome de V. Exa., porque somente o nome de V. Exa. irá empolgar a campanha. Somente o nome de V. Exa. será a grande bandeira para a ARENA vencer as próximas eleições.

Portanto, nobre Deputado, não é apelo, tenho impressão de que é uma imposição que lhe faz o Partido e sei que V. Exa., como paranaense que é, que ama o seu Estado e tantas vezes tem provado, irá correr todo o Paraná, ombro a ombro, a nosso lado. Sei que V. Exa. não é amante da aviação, mas eu terei o prazer de levá-lo ao meu lado, no meu avião, para percorrer todo o Paraná, para a grandeza de nosso Estado e de nosso Partido.

Era o aparte que queria dar a V. Exa., nobre Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre Deputado Paulo Poli, e com relação à primeira parte, queria esclarecer de que realmente fui um dos primeiros a me pronunciar nesta Casa sobre aquilo que vem ocorrendo na divisa entre Paraná e São Paulo. Mas hoje esse movimento não é meu, mas é de toda esta Casa e é em nome desta Casa que estou me dirigindo a todas as autoridades, pedindo que cada um, na medida de suas forças e de suas possibilidades ajude o Paraná.

Conflamos e, como disse de início acataremos a decisão final do Presidente da República, mas nem por isso poderemos ficar de braços cruzados, razão porque estamos procurando fazer sentir que aquela área, aquele pedaço de terra pertence ao Paraná, sempre pertenceu e esperamos e confiamos que S. Exa. o Sr. Presidente da República faça justiça mais uma vez a favor de nossa terra e nossa gente.

Agradeço o seu aparte, mas o movimento não é meu, é desta Casa e do Paraná inteiro. Com relação ao segundo item, discordo do ponto de vista de V. Exa., data vêniz a nossa amizade, porque o Paraná e o nosso Partido dispõem hoje de inúmeros companheiros com muito mais liderança no Estado e que poderão, perfeitamente, percorrer junto com nossos companheiros, todo o Estado do Paraná, levando nossa mensagem, mensagem de fé e de esperança nos destinos deste Estado que tanto queremos e que tanto amamos.

Respondendo à manifestação do Deputado Gabriel Manoel, disse que não havia ainda me decidido. Já disse qual é minha posição hoje: Porque, confesso, Deputado Paulo Poli, de que nunca corri da luta. Há 25 anos venho percorrendo o Paraná e servindo ao meu Estado e à causa pública. Mas, confesso e todos os Srs. Deputados têm conhecimento disso, tenho problemas que estou tentando superá-los. Se conseguir superar todos esses problemas, talvez venha a atender essa convocação de meu Partido e de meus companheiros. Mas, tudo fica na dependência desses problemas que considero também de ordem muito superior.

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Aproveitando o discurso que V. Exa. faz sobre o problema da divisa Paraná-São Paulo, indagaria de V. Exa., por gentileza, quantos alqueires beneficiariam o Paraná nessa questão entre Paraná e São Paulo? V. Exa. poderia nos fornecer a quantidade de alqueires que o Paraná poderá se beneficiar?

O SR. JOÃO MANSUR — Segundo informações que obtive da Comissão que lá esteve, são 6 mil hectares.

O Sr. Antônio Belinati — Obrigado.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço a todos os Srs. Deputados a manifestação de apoio a essa nobre campanha e espero, tenho certeza que com o apoio dos Senadores e Deputados que representam o Paraná na Câmara Alta, o Paraná sairá vitorioso. Esse pedaço de terra voltará para nosso Estado, definitivamente. Espero que a paz e a tranquilidade voltem a reinar entre nossos irmãos que lá vivem, trabalhando para o bem de nossa terra e de nosso Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme aviso distribuído aos Srs. Deputados:

VOTAÇÃO EM 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 36-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 20-74, que visa alterar, a partir de 1.º de março do corrente ano, a redação do artigo 3.º da Lei n.º 6.156, de 02-10-70, que dispõe sobre a quota de produtividade. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com EMENDAS, EM REGIME DE URGÊNCIA. (Aprovado o Projeto. Por apreciar ainda, em 2.ª discussão, as emendas).

Em votação a Emenda n.º 1.

(Lê a Emenda n.º 1)

O SR. PRESIDENTE — Rejeitada.

O SR. EMÍLIO CARAZZAI — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Vai ser procedida a verificação de votação requerida pelo Sr. Deputado Emílio Carazzai.

Os Srs. Deputados que votam favoravelmente à emenda queiram se conservar como estão. 7 Srs. Deputados aprovam e 12 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para a votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere o Requerimento do Sr. Deputado Ivo Thomazoni. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(E feita a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — 23 Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, a portaria me informa que 27 Senhores Deputados se encontram no recinto da Assembleia Legislativa do Estado; o Sr. 1.º Secretário ao proceder a chamada constatou a presença de 23 Senhores Deputados; não fora o fato de que a verificação de votação foi solicitada nesta Sessão pelo eminente Sr. Deputado Dr. Emílio Carazzai e portanto o vínculo ao processo de decisão deste Plenário.

E, considerando que a presença de S. Exa. não foi dada pelo Sr. 1.º Secretário porque S. Exa. se encontra numa das ante-salas deste Plenário, pediria que V. Exa. aceitasse esta questão de ordem e deferisse a presença daquele Sr. Deputado, porquanto encontraríamos o número de 24 Srs. Deputados "quorum" suficiente para deliberações!

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado Ivo Thomazoni, que o nobre Deputado Emílio Carazzai pediu a verificação de "quorum". Quem pediu a chamada nominal foi V. Exa. A Mesa informa ainda mais, com relação à informação que V. Exa. recebeu da Portaria de que há 27 Srs. Deputados na Casa e se encontram nos gabinetes; de que a sala de votação é aqui no Plenário. De modo que, não há número para votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, este Deputado curva-se diante da decisão da Presidência, mas volta a insistir de que o Deputado Emílio Carazzai comprometeu-se no episódio na votação do Projeto de Lei n.º 36-74, pois foi quanto à votação deste Projeto, das suas Emendas que ele solicitou verificação de votação.

Quanto à constatação de quorum foi requerida por mim.

Censuro ainda a Presidência se foi dada presença ao Sr. Deputado Arthur de Souza que se encontra no Plenário.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado que o voto do nobre Deputado Emílio Carazzai, por ocasião da verificação de votação, foi computado.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, consulto ainda se a presença do Deputado Antônio Franco, foi computada. E ainda requeiro nova chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, com a liberalidade com que sempre tem agido, deferir a solicitação do nobre Deputado Ivo Thomazoni e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a nova chamada nominal, apenas uma vez, dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada).

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 23 Srs. Deputados. Não há "quorum" para a votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito da Presidência que determine ao Sr. 1.º Secretário que me faça chegar em mãos uma relação devidamente rubricada contendo os nomes dos Deputados presentes a esta Sessão.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa deferir a solicitação do Deputado Ivo Thomazoni.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 219-73, de autoria do Deputado João Mansur, que cria os Distritos de Ramilândia e Diamante D'Oeste, no Município de Matelândia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Encerrada a discussão

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 236-73, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Alto Paraná, a data de terreno n.º 9, da quadra 369, com área que especifica, situado no referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — Encerrada a discussão.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 238-73, de autoria dos Deputados Jorge Sato e Paulo Poli, que transfere para a responsabilidade do D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Itambé à rodovia PR-13 (Campo Mourão-Maringá). Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Encerrada a discussão.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 239-73, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública o "Educandário Nossa Senhora do Carmo", com sede e foro na cidade de Paranavai. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Encerrada a discussão.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 257-73, de autoria do Deputado João Mansur, que declara de Utilidade Pública a Fundação São José, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 257-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação São José, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1973.

(a) João Mansur

Instituída em julho de 1965 pela família de Avelino Antônio Vieira, conhecido banqueiro e Presidente da Rede Nacional Bamerindus, hoje Membro do Conselho Monetário Nacional, destina-se a Fundação São José à obra comunitária de assistência, tendo como área principal de atividades sociais a cidade berço da família instituidora, Tomazina, localizada no Norte velho do Estado do Paraná.

Entre as obras de vulto já realizadas pela entidade, destacam-se o asilo-modelo para velhos, que já abriga cerca de 35 internos, todos desfrutando do melhor conforto e uma escola profissional, destinada a proporcionar a meninas desamparadas conhecimentos úteis e profissionais. As alunas, em número de 45, em regime de internato, recebem manutenção durante o curso. O número dos que transitam por essas duas instituições, que delas dependem, entre internos, responsáveis e serviais, corpo docente e discente, está em derredor de 100 pessoas.

A Fundação não remunera seus diretores nem seus conselheiros e tampouco distribui lucros ou dividendos.

Os dirigentes da Fundação são pessoas de reconhecida idoneidade moral.

A Fundação publica semestralmente o demonstrativo da conta de receita e despesa.

Trata-se, portanto, de uma entidade do mais alto valor social pelo atendimento comunitário que dispensa a desassistidos, justificando-se plenamente seja reconhecida de utilidade pública estadual.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Na qualidade de redator do Projeto de Lei n.º 257-73, de autoria do ilustre Deputado João Mansur, que visa declarar de utilidade pública a Fundação São José, com sede e foro nesta Capital, requeiro que, para apreciação da matéria, o presente plano de lei seja convertido em diligência, a fim de que a entidade interessada junto o seu Estabelecimento, bem como certidão comprobatória que a mesma está registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas.

Assim, pois, teremos condições de opinar sobre a proposição.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1973.

(a) Erondy Silvério — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

OFÍCIO N.º SC-23-74

Curitiba, 1.º de janeiro de 1974.

Senhor Presidente:

Para os devidos fins, encaminho a Vossa Excelência, a informação fornecida pela Fundação São José, desta Capital, solicitada por essa Comissão de Constituição e Justiça.

No oportunidade, apresento a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Jorge Sato — Primeiro Secretário.

A Sua Excelência o Senhor Antônio Franco Ferreira da Costa

MD. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Neste Edifício.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N.º 257-73

PARECER

Objetiva o ilustre deputado João Mansur por este projeto de lei, declarar de utilidade pública a Fundação São José, desta Capital.

A entidade em apreço tem por fim a assistência social. Entre as realizações da Fundação o autor cita o asilo-modelo para velhos e uma escola profissional para meninas desamparadas, obras que a qualificam, sem dúvida alguma, como de utilidade pública.

O Estatuto Social, anexo ao projeto dispõe no art. 9.º que nem os integrantes da Diretoria, nem os membros do Conselho de Curadores perceberá remuneração, fiel ao princípio também ali consagrado de que a Fundação, não objetivando lucros, não distribuirá dividendos.

A anexa certidão do 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, da Capital, comprova o funcionamento da Fundação São José desde o ano de 1966, com o que as exigências legais para a obtenção do título de utilidade pública ficam inteiramente satisfeitas.

Nessas condições, opina pela aprovação.

ass. ilegível — Presidente

Sala das Comissões, 1.º.4.74

ERONDY SILVÉRIO — Relator

ass. ilegíveis

Comissão de Finanças

PARECER

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 257-73, de autoria do nobre Deputado João Mansur, que declara de utilidade pública a Fundação São José com sede e foro nesta Capital, Pr.

2. Havendo já a douda Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e incorrendo implicações de ordem financeira ou econômica na eventualidade de sua aprovação, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de manifestar-se favoravelmente ao Projeto de Lei epigrafado.

Pela Aprovação, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 23 de abril de 1974.

ass. ilegível — Presidente

JOÃO C. FADEL — Relator

ass. ilegíveis

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 263-73, de autoria do Dep. Arthur de Souza, que declara de Utilidade Pública o Clube da Soda "Hélio Brandão", desta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Encerrada a discussão.

Projeto de Lei n.º 263-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública o Clube da Soda "Hélio Brandão", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1973.

(a) Arthur de Souza

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública pelo presente Projeto de Lei, é uma instituição filantrópica que visa atender, gratuitamente, crianças pobres e necessitadas portadoras de estenose cicatricial de esôfago, além do atendimento médico, internamento e toda assistência física, social e educacional durante o período de tratamento.

A referida entidade não tem credo político, religioso ou racial, esta inscrite, como determina a Lei pertinente a matéria, no Cartório das Pessoas Jurídicas competente, seus cargos e Diretoria não percebem qualquer tipo ou forma de remuneração, servindo à coletividade de maneira desinteressada.

Pelos altos objetivos a que se destina, esperamos o necessário apoio dos nobres Pares para posterior aprovação da medida.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 63-73

1 — Visa o presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Arthur de Souza, declarar de utilidade pública o Clube da Soda "Hélio Brandão", com sede e foro nesta Capital.

2 — A entidade referida preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a matéria, ou seja: a) — que está em efetivo funcionamento e serve desinteressadamente à coletividade; b) — que está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas e; c) — que os membros de sua diretoria não são remunerados a qualquer título.

3 — Face ao exposto, não encontramos qualquer impedimento tanto de ordem legal ou constitucional, que se possa antepor ao projeto, razão pela qual nosso parecer é pela Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 5 de dezembro de 1973.

ass. ilegível — Presidente

NELSON BUFFARA — Relator

ass. ilegíveis

Comissão de Finanças

PARECER

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 263-73, de autoria do nobre Deputado Arthur de Souza, que declara de utilidade pública o "Clube da Soda Hélio Brandão", com sede e foro nesta Capital, Pr.

2. Havendo já a douda Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e incorrendo, na eventual-

idade de sua aprovação, implicações de ordem financeira ou economica. não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de pronunciar-se favoravelmente ao Projeto de Lei em questão.

Pela Aprovação. é o Parecer, s.m.j.
Sala das Comissões, 23 de 04 de 1974.

25. Ilegível — Presidente
JOAO C. FADEL — Relator
ass. ilegíveis

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Frust, constante do Expediente, solicitando voto de pesar às vítimas de embarcações naufragadas no rio Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Noatto, ocorrido no trágico e lamentável desastre com a Barca Maria Bonita. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomei, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao Sr. José Ribas, Prefeito Municipal da Lapa, pela feliz idéia em encaminhar aos órgãos competentes, memorial, no sentido de que seja dado o nome de Antonio Lacerda Braga ao grupo escolar que está sendo construído no Distrito da Colônia Mariental. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo à Telepar, no sentido de que seja instalado um telefone público no Bar Armazém Carvalho. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 15-74. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Frust, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos srs. Ministro das Minas e Energia e Presidente da Eletrobrás no sentido de que sejam efetuados estudos sobre os problemas das inundações de diversas áreas, pela Usina Capivara. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da Rede Ferroviária Federal, no sentido de que se digne instalar em nossa Capital, uma sede Regional da RFFSA. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do

Expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Superintendência da Rede Viação Paraná Santa Catarina, consubstanciado em apelo no sentido de que determine à administração das Oficinas, que seja dado aos óleos usados destino correto, não polutivo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando seja dirigido expediente ao Banco Central do Brasil, no sentido de que o mesmo instrua os estabelecimentos de crédito de nosso Estado, para que prorroguem os prazos de pagamento relativos aos financiamentos contraídos pelos plantadores de soja. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, apelo no sentido de que sejam tomadas providências para a extensão da linha de ônibus de Santa Quitéria até a Vila Rigoni. — **Encerrada a discussão.**

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, sou daqueles que acha que não se pode e não se deve cometer injustiças contra ninguém. A 1.ª Secretaria, por um lapso, ao proceder a chamada nominal dos srs. Deputados, ao chamar o Líder de nossa Bancada, Deputado Luiz Roberto Soares e tendo ele respondido, não anotou sua presença, a qual, se anotada, teria dado "quorum".

Não desejo criar problemas e peço à Presidência que seja computada sua presença. Não querendo ser impertinente, não vou solicitar nova chamada para a constatação de "quorum", deixo ao critério do Sr. Presidente o procedimento que se deve tomar para que não se cometa injustiça.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa ao Deputado Ivo Thomazoni que, segundo esclarecimento do 1.º Secretário não houve equívoco nenhum por parte de S. Exa. Responderam a chamada apenas 23 Srs. Deputados.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, a própria 1.ª Secretaria afirmou que a presença do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares não havia sido computada. Razão pela qual, em Questão de Ordem, informei a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — A 1.ª Secretaria informa que o nobre Deputado Luiz Roberto Soares respondeu por ocasião da primeira chamada nominal. A segunda chamada nominal, S. Exa. não respondeu.

Está encerrada a Sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, terça-feira à Hora Regimental, com a mesma Ordem do Dia marcada para a Sessão de hoje, em fase de votação, bem como dos Requerimentos que por falta de quorum, tiveram suas discussões encerradas na presente Sessão.

Levanta-se a Sessão.